

Demonstrações Financeiras

JF Citrus Agropecuária S.A.

30 de abril de 2022
com Relatório do Auditor Independente

JF Citrus Agropecuária S.A.

Demonstrações financeiras

30 de abril de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A
Administração e Acionistas da
JF Citrus Agropecuária S.A.
Bebedouro - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da JF Citrus Agropecuária S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de abril de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JF Citrus Agropecuária S.A. em 30 de abril de 2022 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 15 de julho de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Alexandre Fermino Alvares'.

Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC-1SP211793/O-5

JF Citrus Agropecuária S.A.

Balço patrimonial
Em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	220.737	135.913
Títulos e valores mobiliários	7	-	1.848
Contas a receber de clientes	8	60.611	53.457
Estoques	9	16.410	10.132
Ativos biológicos	11	353.672	297.148
Impostos a recuperar		13.112	25.364
Instrumentos financeiros derivativos	25	319	
Partes relacionadas	10	39.453	20.182
Outros ativos		4.288	5.612
		708.602	549.656
Não circulante			
Impostos a recuperar		13.924	6.587
Instrumentos financeiros derivativos	25	47.420	
Partes relacionadas	10	91.073	94.843
Depósitos judiciais	19	61.236	52.448
Outros ativos		2.694	1.860
Imobilizado	12	476.676	423.461
Intangível		3.415	3.156
Direito de uso	13	104.158	96.408
		800.596	678.763
Total do ativo		1.509.198	1.228.419

JF Citrus Agropecuária S.A.

Balanço patrimonial
Em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)--*continuação*

	Nota	2022	2021
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	14	39.030	38.988
Empréstimos e financiamentos	15	217.333	181.717
Arrendamentos a pagar	13	5.041	4.030
Debêntures	17	2.697	2.494
Salários e encargos a pagar		6.281	4.687
Impostos a recolher		2.003	2.445
Adiantamento de clientes	16	45.974	49.435
Instrumentos financeiros derivativos	25	12.204	55.216
Partes relacionadas	10	139.537	41.519
		470.100	380.531
Não circulante			
Fornecedores	14	12.721	34.786
Empréstimos e financiamentos	15	513.428	405.549
Arrendamentos a pagar	13	103.872	96.019
Impostos a recolher - parcelamentos		2.013	2.881
Adiantamento de clientes	16	46.237	59.454
Partes relacionadas	10	227	5.728
Instrumentos financeiros derivativos	25	37.014	35.430
Provisão para contingências	19	59.878	51.467
Tributos diferidos	18	63.385	39.292
Total do passivo		838.775	730.606
Patrimônio líquido	20		
Capital social		28.931	28.931
Reserva de capital		(4.828)	(4.828)
Reserva de incentivos fiscais		188.880	147.971
Prejuízo acumulados		(12.660)	(54.792)
Total do patrimônio líquido		200.323	117.282
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.509.198	1.228.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	21	307.676	267.827
Varição no valor justo dos ativos biológicos	11	59.639	48.642
Custo dos produtos vendidos	22	(146.756)	(170.043)
Lucro bruto		220.559	146.426
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	22	(38.881)	(29.320)
Com Vendas	22	(43.087)	(37.434)
Outras receitas operacionais, líquidas	24	1.912	58.827
		(80.056)	(7.927)
Lucro operacional		140.503	138.499
Receitas financeiras	23	231.195	232.250
Despesas financeiras	23	(264.564)	(289.407)
Resultado financeiro		(33.369)	(57.157)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido		107.134	81.342
Imposto de renda e contribuição social	18		
Correntes		-	-
Diferidos		(24.093)	(15.810)
		(24.093)	(15.810)
Lucro líquido do exercício		83.041	65.532
Quantidade ponderada de ações do capital social no exercício		28.931	28.931
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$		2,87	2,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	83.041	65.532
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>83.041</u>	<u>65.532</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de incentivo fiscal	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 30 de abril de 2020		28.931	(4.828)	109.288	(81.641)	51.750
Lucro líquido do exercício		-	-	-	65.532	65.532
Destinações do resultado do exercício:		-	-	-	-	-
Constituição da reserva de incentivo fiscal		-	-	38.683	(38.683)	-
Saldo em 30 de abril de 2021		28.931	(4.828)	147.971	(54.792)	117.282
Lucro líquido do exercício		-	-	-	83.041	83.041
Destinações do resultado do exercício:		-	-	-	-	-
Constituição da reserva de incentivo fiscal		-	-	40.909	(40.909)	-
Saldo em 30 de abril de 2022		28.931	(4.828)	188.880	(12.660)	200.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		83.041	65.532
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Variação do valor justo do ativo biológico	11	(59.639)	(48.642)
Juros dos arrendamentos	13	8.591	7.892
Amortização com tratos de ativo biológico	11	100.569	85.605
Depreciação e amortização		37.275	60.330
Valor residual alienação de ativo imobilizado		272	39.495
Operações com instrumentos financeiros	23	(56.484)	(64.859)
Tributos diferidos	18	24.093	15.810
Provisão para contingências	19	5.325	7.204
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		85.021	40.105
		228.064	208.472
Variações em ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(7.172)	21.874
Estoques		(6.278)	(1.100)
Ativos biológicos (tratos culturais)		(98.038)	(105.914)
Impostos a recuperar		4.915	(4.407)
Depósitos judiciais		(5.700)	(7.055)
Outros ativos		490	(3.079)
Fornecedores		(22.015)	(20.843)
Adiantamentos de clientes		(16.679)	38.064
Salários e encargos a pagar		1.594	(639)
Impostos a recolher		(1.310)	1.303
Partes relacionadas		(20.093)	(41.771)
Pagamentos de contingências		-	(202)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		57.777	84.703
Juros pagos		(66.082)	(65.196)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(8.305)	19.507
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(81.586)	(41.684)
Aquisições de ativos intangíveis		(973)	(1.105)

JF Citrus Agropecuária S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Mútuos com partes relacionadas		(1.761)	(6.874)
Instrumentos financeiros derivativos		(32.683)	
Títulos e valores mobiliários		1.848	9.006
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(115.155)	(40.657)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos dos arrendamentos		(15.355)	(20.232)
Captação de empréstimos e financiamentos		513.684	502.919
Mútuos com partes relacionadas		98.872	-
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos		(388.917)	(458.718)
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamentos		208.284	23.969
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		84.824	2.819
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		135.913	133.094
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	220.737	135.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A JF Citrus Agropecuária S.A. (“Companhia” ou “JF Citrus”), com sede em Bebedouro, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima, que tem como objeto social a exploração e produção, própria ou por terceiros, de atividades agropecuárias, como cultivo de culturas, em terras próprias ou de terceiros, comercialização de matéria-prima, própria ou de terceiros, intermediação de venda de matéria-prima e o comércio atacadista e varejista de frutas cítricas.

Na safra 2021/22, a Companhia atuou na exploração agrícola e comércio de laranja (2020/21 - laranja, cana-de-açúcar e grãos).

Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a corona vírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID - 19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2022 está sendo revisada tempestivamente, contudo, nesse momento a administração da Companhia entende que não há nenhuma perda adicional por impairment que necessite ser reconhecida sobre seus ativos financeiros em 30 de abril de 2022. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais--Continuação

1.1. Contexto operacional--Continuação

Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras--Continuação

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. As seguintes principais medidas foram tomadas:

- Renegociações dos contratos com os fornecedores da Companhia, para alinhar a aquisição de insumos para produção com as expectativas relacionadas à futura demanda para os produtos do Grupo, considerando o cenário atual do surto.
- Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo, tais como suspensão de novas contratações, já retomadas.
- Negociação das condições dos pagamentos com os fornecedores do Grupo e, para mitigar eventuais riscos de liquidez.
- Postergação de pagamento de impostos como PIS/COFINS, INSS e FGTS, conforme legislação vigente, já retomados.

Conflito no Leste Europeu – Guerra entre Rússia e Ucrânia

O conflito no leste europeu, entre Rússia e Ucrânia, tem pressionado os preços de petróleo, derivados de petróleo e gás e de fertilizantes no mercado internacional, uma vez que a Rússia é o segundo maior produtor de petróleo do mundo e um importante produtor de insumos para fertilizantes, como nitrato, fósforo e potássio.

Diante desse cenário e, considerando a importância dessas commodities nas operações da Companhia, a Administração avalia que o aumento dos custos de petróleo e seus derivados e dos insumos de fertilizantes observados atualmente no mercado, decorrente do efeito da guerra, até o momento, não causaram impacto significativo em suas demonstrações financeiras de 30 de abril de 2022, em razão da sua prática de manutenção de estoques mínimos.

A Companhia monitora constantemente os mercados internacionais destas commodities e através de iniciativas comerciais e de estratégia de fornecimento e suprimento, busca minimizar possíveis impactos financeiros e riscos de ruptura no abastecimento de suas operações, buscando alternativas viáveis de produtos e países fornecedores para eventual falta de algum produto ou insumo.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais--Continuação

1.1. Contexto operacional--Continuação

Conflito no Leste Europeu – Guerra entre Rússia e Ucrânia--Continuação

Diversos governos e instituições anunciaram recentemente sanções a certos setores industriais na Rússia. Essas e quaisquer sanções adicionais, bem como contramedidas adotadas pelos governos da Rússia ou de outras jurisdições, podem afetar adversamente nossos negócios.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, a administração da Companhia avaliou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida sua capacidade de operação futura, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras de 30 de abril de 2022. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

1.2. Operação incentivada

A Companhia usufrui do benefício fiscal desde 2018 referente à Isenção do ICMS - Artigos 36 e 104 do anexo I do RICMS/SP; Artigo 6, Anexo I, Item 12 do RICMS/MG e Convênio ICMS 44/75 que atendem aos requisitos da Lei Complementar 160 de 2017. O convênio supracitado trata especificamente da isenção do ICMS nas saídas dos produtos hortifrutigranjeiros - listados nos incisos I, II e III - exceto quando destinados à industrialização e ao exterior. Este benefício não possui vencimento determinado.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais--Continuação

1.3. Situação financeira

No exercício findo em 30 de abril de 2022, a Companhia apresentou lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de R\$107.134 (2021 - lucro de R\$81.343). Nessa data, seu endividamento de curto e longo prazo estava composto, substancialmente, por financiamentos junto às instituições financeiras no montante de R\$ 217.333 e R\$ 513.428 (2021 - R\$181.717 e R\$405.549), respectivamente.

Ao longo dos últimos exercícios, a Administração, dentro de sua política financeira e de negócio vem melhorando o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia, concentrando esforços na melhora da margem de contribuição de seus negócios por meio de ganhos na produtividade agrícola e realização de operações de NDF (*No Delivering Forward*) futuras sendo que, seu principal produto, a laranja, é comercializado em Dólar Americano. Em decorrência da significativa valorização do Real frente ao Dólar Americano verificada nesse período de 2021/22, trouxe uma diminuição significativa na perda em virtude da marcação a valor justo dessas operações de NDF, pelo montante líquido de R\$1.479 em 30 de abril de 2022 (2021 – ganho de R\$64.859).

Alinhado ao plano de negócios elaborado para a Safra 2022 - 2023 a Companhia não espera restrições de liquidez. A Companhia possui bom relacionamento com os bancos e linhas de créditos disponíveis de financiamentos de longo prazo e capital de giro, suficientes para a manutenção de suas atividades.

Baseando-se nestas ações, a Administração da Companhia entende ainda que gerará caixa operacional positivo em montante suficiente para atender aos compromissos assumidos junto às instituições financeiras e fornecedores, bem como uma melhora na produtividade agrícola, que contribuirá para atendimento e cumprimento das obrigações assumidas juntas a clientes.

Com o perfil da dívida reestruturada e melhorias na produtividade agrícola, a Companhia será capaz de se concentrar ainda mais nas atividades agrícolas e geração de novos negócios, a fim de melhorar suas margens e geração de caixa.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 15 de julho de 2022, a Administração da Companhia aprovou essas demonstrações financeiras, autorizando sua emissão.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, ativos biológicos e outros ativos financeiros a valor justo, conforme indicado no resumo das práticas contábeis.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real - R\$ foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes ele precisa gerar fluxos de caixa futuros que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referidos como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os seus ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros ativos e depósitos judiciais.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 12 meses. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil a pagar, debêntures, adiantamentos de clientes, instrumentos financeiros derivativos, partes relacionadas e outros passivos.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

iv) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

iv) Redução ao valor recuperável (*impairment*)--Continuação

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.2. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios (vide nota explicativa nº 20).

3.3. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Imobilizado--Continuação

Reconhecimento e mensuração--Continuação

- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.
- Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O pé da laranja é classificado como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, vinte anos após a primeira colheita.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Imobilizado--Continuação

Depreciação--Continuação

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações e benfeitorias	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	4 a 5 anos
Máquinas e implementos agrícolas	10 a 15 anos
Lavoura de cana de açúcar	5 anos
Plantação de laranja	20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.4. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.5. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos (*laranja in natura*)

Os gastos incorridos com a manutenção das lavouras de laranja (tratos culturais) são acumulados e compõem o valor do ativo biológico.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo do ativo biológico estão demonstradas na Nota 11.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.4. Ativos biológicos--Continuação

O valor justo do ativo biológico é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo do ativo biológico, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratos culturais do ativo biológico até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, quando aplicável (demonstrações), sendo registrado no período na rubrica “Variação do valor justo do ativo biológico” (Nota 22).

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproximam do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

3.5. Arrendamentos

O Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6. Arrendamentos--Continuação

e.1) Companhia como arrendatária

Aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

e.2) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Terrenos - 5 a 20 anos

e.3) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6. Arrendamentos--Continuação

e.3) Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

e.4) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos e estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de provisão para a recuperabilidade nos exercícios de 2022 e 2021.

3.8. Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

3.9. Partes relacionadas

Representam operações comerciais e financeiras com pessoas ligadas e juros sobre o capital próprio, e estão registradas pelos seus valores originais, acrescidos de atualização monetária quando contratado.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.11. Receita operacional

A Companhia adota o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes que introduziu uma abordagem de reconhecimento de receitas composta por cinco passos. Orientações muito mais rígidas foram acrescentadas no CPC 47 para abordar cenários específicos.

A Companhia reconhece receita pela venda de seus produtos. A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ao cliente.

Após a transferência do controle, o cliente tem total poder para decidir sobre o método de distribuição e o preço de venda das mercadorias, assume responsabilidade primária pela revenda das mercadorias e assume os riscos de obsolescência e perda com relação às mercadorias.

A Companhia reconhece um recebível quando as mercadorias são entregues ao cliente uma vez que isso representa o momento em que o direito à contraprestação se torna incondicional, tendo em vista que é necessária apenas a passagem do tempo antes do pagamento ser devido.

A receita é reconhecida líquida de descontos, benefícios comerciais concedidos e impostos sobre as vendas, tais como:

- Impostos federais - Funrural - 2,05%
- Impostos estaduais - Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) - 12%; e
- Fundecitrus - valor R\$0,05 (cinco centavos) descontado por caixa entregue.

3.12. Subvenção governamental

Uma subvenção governamental incondicional relacionada a um ativo biológico é reconhecida no resultado como 'Deduções de receita' quando a subvenção se torna recebível.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.13. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros de aplicações financeiras é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas corrente e diferida. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias apresentadas, reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado, depreciação acelerada, base de cálculo negativa e prejuízo fiscal, ativo biológico são e apresentados no não circulante conforme sua natureza e expectativa de realização ou pagamento. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.14. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.15. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.15. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.16. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como ativos biológicos) ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.16. Mensuração do valor justo--Continuação

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

A Controladoria da Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo dos ativos biológicos e ativos financeiros não cotados. Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação dos ativos biológicos. O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela Controladoria da Companhia, após discussão com a diretoria e respectiva aprovação dela recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. A Controladoria decide, após discussão com os avaliadores externos da Companhia, que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

4. Normas e interpretações ainda não efetivas

i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa, por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.

Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento.

O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

4. Normas e interpretações ainda não efetivas--Continuação

i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022--Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021--Continuação

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. A Companhia ainda não obteve nenhum benefício em decorrência dessa norma.

ii) Novas normas emitidas, mas não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

4. Normas e interpretações ainda não efetivas--Continuação

ii) Novas normas emitidas mas não vigentes--Continuação

IFRS 17 - Contratos de seguro--Continuação

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

4. Normas e interpretações ainda não efetivas--Continuação

ii) Novas normas emitidas mas não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis--Continuação

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Julgamentos--Continuação

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatário)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui contrato de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

Apesar de não haver histórico de renovação, a Companhia tem expectativa de exercer a opção de renovação para esses arrendamentos (Terrenos Agrícolas), uma vez que haveria um efeito negativo significativo na produção da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Contudo, os períodos de renovação de arrendamentos com períodos não canceláveis mais longos (equivalente a 10 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos.

A Nota 13 inclui mais informações sobre possíveis pagamentos futuros de aluguel relacionados a períodos após a data de exercício das opções de renovação e rescisão que não estão incluídas no prazo do arrendamento.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito da Companhia).

Valor justo dos ativos biológicos

Conforme descrito na Nota 1, a Companhia tem como atividade principal o cultivo de Laranja. A produção de Laranja e de outras culturas são mensuradas por meio do valor justo, de acordo com o CPC 29 - Ativo Biológico, conforme premissas descritas a seguir:

O valor justo foi determinado utilizando-se da metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas, demonstradas na Nota 11.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o fluxo de caixa descontado a ser gerado na próxima safra, considerando uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica de "Variação do valor justo dos ativos biológicos" no resultado do exercício.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Valor justo dos ativos biológicos--Continuação

Os pés de laranjas plantados não são avaliados até o término do seu quinto ano, devido à pouca transformação biológica e pelo fato dos custos incorridos nesse período serem, substancialmente, representados pelos custos acumulados de plantio e manutenção, que se aproximam do seu valor justo.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras. Esses cálculos são revisados anualmente e, se necessário, ajustados.

Revisão da vida útil do imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os seguintes:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	29	29
Bancos conta movimento	26.328	13.921
Aplicações financeiras	194.380	121.963
	<u>220.737</u>	<u>135.913</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB e fundos de investimento em renda fixa, que buscam rentabilidade próximas a variação do CDI, possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente a, na média, 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

A exposição da Companhia à riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 25.

7. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de abril de 2021, seguindo orientação de sua Tesouraria, a Companhia mantinha investimento em carteira de ações, por meio de determinada corretora de valores, equivalente a R\$ 1.848.

Considerando que esses investimentos não reúnem os requerimentos para reconhecimento como caixa e equivalentes de caixa, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico - CPC 03 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), esses foram reconhecidos como Títulos e valores mobiliários.

A exposição da Companhia à riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 25.

Em 26 de abril de 2022, as ações foram integralmente liquidadas, não havendo mais saldo patrimonial em 30 de abril de 2022, apresentando um resultado líquido no exercício de R\$ 645.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

8. Contas a receber de clientes

As contas a receber referem-se a transações mercantis de venda de laranja e também bônus a receber relacionados com o desempenho das frutas entregues na safra 21-22, conforme previsto no contrato de fornecimento entre as partes, estando o recebimento previsto na safra 22-23 e cana de açúcar no mercado nacional (apenas em 2021), são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O valor justo das contas a receber de clientes é igual ao valor contábil registrado em 30 de abril de 2022 e 2021, conforme abertura abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cientes no segmento de laranja	60.611	53.113
Cientes no segmento de cana-de-açúcar	-	344
	<u>60.611</u>	<u>53.457</u>

Em 30 de abril de 2022 e 2021, a abertura das contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
A vencer:		
até 30 dias	2.324	7.247
de 31 a 90 dias		
de 91 a 180 dias	58.287	45.866
acima de 180 dias	-	-
	<u>60.611</u>	<u>53.457</u>

A Administração da Companhia, com base na análise individual de clientes, não constituiu provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa em 30 de abril de 2022 e 2021, pois historicamente não apresentou inadimplência, bem como não possui qualquer expectativa de perda sobre as contas a receber em aberto, uma vez que se trata de clientes de primeira linha com sólida posição patrimonial e financeira, conforme divulgado na política de gestão de crédito da Companhia na Nota 25.

9. Estoques

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Insumos agrícolas	14.347	8.453
Insumos agrícolas em poder de terceiros	2.063	1.679
	<u>16.410</u>	<u>10.132</u>

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

10. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas do Grupo JF, são efetuadas em condições comerciais estabelecidas entre as partes. Os principais saldos mantidos e transações realizadas com partes relacionadas da Companhia, no exercício findo em 30 de abril de 2022 e de 2021, são como segue:

a) Saldos patrimoniais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
No ativo circulante		
Vale do Tijuco	-	344
Bree Participações S/A (v)	102	142
JF Investimentos S/A (vi)	10.368	12.843
Marseille Fundo de Investimentos em Participações S.A.	10.367	-
Agro Quartzo Administração e Participações Ltda. (iv)	18.616	6.853
	<u>39.453</u>	<u>20.182</u>
No ativo não circulante		
Luiz Gustavo Turchetto Santos	1.815	-
Maria Ângela Turqueto Santos (ii)	11.416	11.416
Francisco José Turqueto Santos (ii)	-	53
JF Investimentos S/A (vi)	25.000	60.000
Marseille Fundo de Investimentos em Participações S.A.	25.000	-
Agro Quartzo Administração e Participações Ltda. (iv)	27.842	23.374
	<u>91.073</u>	<u>94.843</u>
No passivo circulante		
José Francisco de Fátima Santos (ii) e (iii)	99.810	11.640
JF Bricks Empreendimentos (ii)	12.119	649
Valencia Agropecuária Ltda	2.216	840
Bree Participações S/A (i e v)	25.222	27.450
Lumar Participações Ltda (iii)	170	940
	<u>139.537</u>	<u>41.519</u>
No passivo não circulante		
Dividendos a pagar	227	5.728
	<u>227</u>	<u>5.728</u>

(i) A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor e recebe, subsequentemente. A operação acima realizada pela Companhia não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia a classifica na rubrica de Partes relacionadas.

(ii) Referem-se a repasses de recursos, sem vencimento determinado, tampouco sujeitos à incidência de encargos financeiros.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

10. Partes relacionadas--Continuação

a) Saldos patrimoniais--Continuação

- (iii) Referem-se à aquisição de propriedades agrícolas, cujos saldos estão classificados de acordo com a expectativa de liquidação, não estando sujeito a encargos financeiros.
- (iv) Referem-se a adiantamentos efetuados referentes contratos de arrendamentos.
- (v) Referem-se a adiantamentos a fornecedores para serviços de assessoramento comercial a ser realizado na safra 2021/2022.
- (vi) Referem-se à venda do ativo imobilizados da cana-de-açúcar e máquinas e equipamentos reconhecido em outras receitas, conforme Nota 24, celebrado em contrato de compra e venda, que contém reajustes estabelecido com base na variação do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor). O prazo para recebimento será em 07 parcelas anuais desde a data 25 de setembro de 2021 até 25 de setembro de 2027.

b) Transações que afetaram resultado

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita de vendas	-	30.548
Comissões de vendas	(20.961)	(22.948)
Amortização e juros sobre arrendamento	(8.769)	(8.241)
	<u>(29.730)</u>	<u>(641)</u>

A venda de cana-de-açúcar é efetuada para a Companhia Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A., conforme contratos de venda estabelecido entre as partes.

A Bree S.A. presta serviços de negociação de contratos de venda de laranja, sendo que durante o exercício findo em 30 de abril de 2022 foi pago o montante de R\$ 20.961 (2021 - R\$ 22.948) a título de comissão na negociação de contratos de venda de laranja, dos quais o montante de R\$ 102 (2021 - R\$ 142) adiantado nesse exercício refere-se a adiantamento de serviços de assessoramento comercial para a Safra 2022/2023, conforme apresentado acima em fornecedores.

c) Remuneração dos Administradores

O pessoal-chave da Administração inclui os sócios diretores da Companhia. A remuneração dos administradores inclui as despesas com pró-labore e outros benefícios, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários e encargos sociais	304	512
Pró-labore	111	101
	<u>415</u>	<u>613</u>

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

11. Ativos biológicos

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a subconta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos".

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante os exercícios é a seguinte:

	Laranja	Cana-de-açúcar	Total
Saldos em 30 de abril de 2020	216.265	15.946	232.211
Exaustão da planta portadora	11.875		11.875
Tratos culturais	105.914	-	105.914
Colheita	(73.426)	(12.179)	(85.605)
Depreciação – tratos culturais	(7.650)	(8.239)	(15.889)
Variação do valor justo	44.170	4.472	48.642
Saldos em 30 de abril de 2021	297.148	-	297.148
Saldos em 30 de abril de 2021	297.148		297.148
Exaustão da planta portadora	11.293		11.293
Tratos culturais	98.038		98.038
Colheita	(100.569)		(100.569)
Depreciação – tratos culturais	(11.875)		(11.875)
Variação do valor justo	59.639		59.639
Saldos em 30 de abril de 2022	353.672		353.672

O valor justo da laranja é mensurado pelo contrato de venda firmado entre as partes. O valor justo da cana-de-açúcar é valorizado pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Aumentos (reduções) significativos em quaisquer dessas informações isoladamente resultariam na mensuração do valor justo significativamente mais baixa (elevada).

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

11. Ativos biológicos--Continuação

- (a) Entradas de toneladas obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana de açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol;
- (b) Saídas de toneladas representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo;
- (c) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada; e do (ii) preço de contrato firmado em dólar; e
- (d) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da laranja (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Área estimada de colheita de laranja (hectares)	10.160	9.368
Produtividade prevista (caixas/hectare)	1.379	1.354
Preço médio da caixa (40,8 kg)	41	39
Wacc	6%	6%

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

12. Imobilizado

	Terra nua	Terrenos	Obras civis	Veículos	Máquinas e motores	Aparelhos, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Soqueira dos ativos biológicos	Total
Custo total em 30/04/2020	44.556	9.500	10.276	8.542	19.786	57.798	777	3.718	27.850	442.908	625.711
Depreciação acumulada em 30/04/2020	-	-	(4.410)	(3.758)	(13.537)	(20.706)	(701)	(668)	-	(118.377)	(162.157)
Saldos em 1º de maio 2020	44.556	9.500	5.866	4.784	6.249	37.092	76	3.050	27.850	324.531	463.554
Aquisições	3.700	-	409	122	1.016	3.072	20	3.670	724	28.950	41.683
Baixas de bens - custo	(4.782)	-	(97)	(1.390)	(4.648)	(6.037)	-	(2.873)	-	(33.065)	(52.892)
Baixas de bens - depreciação	-	-	5	1.210	4.261	2.921	-	-	-	-	8.397
Transferência	-	-	-	-	-	27.357	-	-	(27.357)	-	-
Depreciação	-	-	(589)	(805)	(2.417)	(6.740)	(35)	(55)	-	(26.640)	(37.281)
Saldos em 30 de abril de 2021	43.474	9.500	5.594	3.921	4.461	57.665	61	3.792	1.217	293.776	423.461
Custo total	43.474	9.500	10.588	7.274	16.154	82.190	797	4.515	1.217	438.793	614.502
Depreciação acumulada	-	-	(4.994)	(3.353)	(11.693)	(24.525)	(736)	(723)	-	(145.017)	(191.041)
Valor residual	43.474	9.500	5.594	3.921	4.461	57.665	61	3.792	1.217	293.776	423.461
Saldos em 1º de maio de 2021	43.474	9.500	5.594	3.921	4.461	57.665	61	3.792	1.217	293.776	423.461
Aquisições	-	-	749	1.487	3.469	2.304	6	770	1.456	71.345	81.586
Baixas de bens - custo	-	-	-	(104)	(59)	-	-	-	-	(734)	(897)
Baixas de bens - depreciação	-	-	-	91	50	-	-	-	-	484	625
Transferência entre grupos de bens	-	-	676	553	3	(3)	-	(553)	(676)	-	-
Transferência para ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.293)	(11.293)
Depreciação	-	-	(624)	(899)	(2.027)	(7.863)	(25)	(40)	-	(5.328)	(16.806)
Saldos em 30 de abril de 2022	43.474	9.500	6.395	5.049	5.897	52.103	42	3.969	1.997	348.250	476.676
Custo total	43.474	9.500	12.013	9.210	19.567	84.491	803	4.732	1.997	509.404	695.191
Depreciação acumulada	-	-	(5.618)	(4.161)	(13.670)	(32.388)	(761)	(763)	-	(161.154)	(218.515)
Valor residual	43.474	9.500	6.395	5.049	5.897	52.103	42	3.969	1.997	348.250	476.676
Taxas anuais de depreciação - %			2 a 6,67	6,67 a 20	5 a 20	2 a 20	3,33 a 20	6,67 a 33,33			

Os bens do imobilizado são avaliados ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada, que quando é calculada ocorre com base nas taxas fiscais.

As obras em andamentos estão representadas substancialmente por sistemas de irrigação nas fazendas.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

13. Direitos de uso e arrendamentos a pagar

- a) A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 30 de abril de 2022 e de 2021 é como segue:

	Terras e benfeitorias
Saldo em 1º de maio de 2020	92.645
Adição de novos contratos	9.146
Amortização	(6.514)
Remensurações	1.131
Saldo em 30 de abril de 2021	<u>96.408</u>
Saldo em 1º de maio de 2021	96.408
Adição de novos contratos	2.559
Amortização	(7.878)
Remensurações	13.069
Saldo em 30 de abril de 2022	<u>104.158</u>

- b) A movimentação do arrendamento a pagar, durante o exercício findo em 30 de abril de 2022 e de 2021 é como segue:

Em 01 de maio de 2020	102.112
Adição de novos contratos	9.146
Pagamentos	(20.232)
Juros	7.892
Remensurações	1.131
	<u>100.049</u>
Circulante	4.030
Não circulante	96.019
Em 01 de maio de 2021	100.049
Adição de novos contratos	2.559
Pagamentos	(15.355)
Juros	8.591
Remensurações	13.069
Saldo em 30 de abril de 2022	<u>108.913</u>
Circulante	5.041
Não circulante	103.872

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

13. Direitos de uso e arrendamentos a pagar--Continuação

c) Saldos por ano de vencimento

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Exercícios		
1 a 12 meses	5.041	4.030
13 a 24 meses	13.763	11.555
25 a 36 meses	13.210	11.545
37 a 48 meses	12.553	11.536
A partir de 48 meses	64.346	61.383
	108.913	100.049

14. Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores materiais e insumos	21.820	52.917
Fornecedores imobilizado	29.931	20.857
	51.751	73.774
Circulante	39.030	38.988
Não circulante	12.721	34.786

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 30 de abril de 2022 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

15. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos em 30 de abril de 2022 e de 2021, estão demonstrados como a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros incidentes ao ano	2022	2021
Em moeda estrangeira	Varição do dólar estadunidense mais:		
NCE	Juros de 7,9% + variação CDI	13.178	18.525
		13.178	18.525
Em moeda nacional			
CRA	Juros de 5,7% + variação IPCA	228.753	
CRA	Juros de 7,5%	105.713	144.728
Capital de giro	Juros de 6 a 7,5% + variação CDI	20.279	1.499
Capital de giro	Juros de 3,5% + variação CDI		611
Crédito Rural	Juros de 19,4 a 21%	36.503	0
Crédito Rural	Juros de 3,8 a 4,8% + variação CDI	12.356	37.131
Crédito Rural	Juros de 3,82 A 4,7% + variação CDI	3.169	0
Crédito Rural	Juros de 7,92% + variação CDI	11.322	0
FINAME	Juros de 10,5 a 10,8% + variação CDI	234	1.215
FINAME	Juros de 3,66 a 4% + variação CDI	534	1.513
NCE	Juros de 2,5% a 3,7% + variação CDI	160.551	178.297
NCE	Juros de 3,91%	32.692	50.000
NCE	Juros de 5,1 a 6,8 + variação CDI	30.575	42.532
NCE	Juros de 7,5 a 9,9% + variação CDI	43.842	96.290
NCE	Juros de 12,24%	11.108	14.925
NCE	Juros de 16,4% + variação CDI	19.952	
		717.583	568.741
		730.761	587.266
Circulante		217.333	181.717
Não circulante		513.428	405.549

Os saldos referentes ao passivo não circulante possuem o seguinte cronograma de pagamentos:

	2022	2021
2022	-	217.383
2023	146.904	148.449
2024	106.957	39.717
2025	99.025	-
2026	80.251	-
2027	80.251	-
	513.428	405.549

Os empréstimos e financiamentos estão substancialmente garantidos por Aval dos Acionistas e/ou Alienação Fiduciária, conforme o caso.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os contratos de FINAME, contratados com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos e implementos agrícolas.

Em fevereiro de 2020 foi emitido Crédito de Recebíveis Agrícolas (CRA) no montante de R\$204.000, a serem pagos mensalmente a partir de julho de 2020 até março de 2024, com taxa de 7,50% ao ano.

Em dezembro de 2021 foi emitido Crédito de Recebíveis Agrícolas (CRA), no montante de R\$240.000, a serem pagos anualmente em três parcelas, sendo a primeira em 2025, a segunda em 2026 e a última em 2027 e semestralmente ocorre o pagamento dos juros iniciando-se a partir de abril/2022 com taxa de 5,70% ao ano.

Os contratos de empréstimos dos bancos Itaú, BTG e a Eco Securitizadora (CRA) estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas que requerem que a Companhia mantenha certos índices financeiros mensurados com base em seu exercício social. Em 30 de abril de 2022 e 2021, todas as cláusulas restritivas foram atendidas pela Companhia.

Modalidade	Saldo em 30 de abril de 2022	(-) Pagamentos empréstimos juros	Provisão de juros e variação cambial	(-) Pagamentos empréstimos principal	Captações empréstimos	Saldo em 30 de abril de 2021
NCE	311.467	(37.931)	40.174	(254.931)	163.585	400.570
Crédito Rural	62.964	(3.302)	6.280	(32.219)	55.075	37.130
Finame	1.108	(481)	280	(1.419)	-	2.728
CRA	334.465	(15.294)	26.722	(64.033)	242.342	144.728
Capital de giro	20.757	(9.074)	11.354	(36.315)	52.682	2.110
	730.761	(66.082)	84.810	(388.917)	513.684	587.266

Modalidade	Saldo em 30 de abril de 2021	(-) Pagamentos empréstimos juros	Provisão de juros e variação cambial	(-) Pagamentos empréstimos principal	Captações empréstimos	Saldo em 30 de abril de 2020
NCE	400.570	(47.182)	21.374	(367.857)	457.483	336.752
Crédito Rural	37.130	(3.150)	2.589	(33.742)	44.980	26.453
Finame	2.728	(381)	324	(1.163)	267	3.681
CRA	144.728	(12.992)	12.869	(53.743)	-	198.594
Capital de giro	2.110	(1.491)	2.239	(2.213)	189	3.386
	587.266	(65.196)	39.395	(458.718)	502.919	568.866

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

16. Adiantamentos de clientes

A Companhia possui adiantamentos recebidos de clientes referentes a pagamentos antecipados de venda para entrega futura de laranja, com preço fixado no momento da negociação, como demonstrado abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Preço fixado em reais	92.210	108.889
Circulante	45.974	49.435
Não circulante	46.237	59.454

Os saldos referentes aos adiantamentos possuem o seguinte cronograma de pagamentos:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
2023	45.975	49.435
2024	46.237	59.454
	92.210	108.889

17. Debêntures

O saldo de debêntures registrado no passivo circulante, no montante de R\$2.697 (2021 - R\$2.494) refere-se à 3ª emissão efetuada em 8 de julho de 2015. Em 8 de julho de 2022, a Companhia firmou um aditivo contratual que postergou o vencimento da dívida, que possui previsão de liquidação para próximo exercício.

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

Em 30 de abril de 2022 e 2021, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Em 30 de abril de 2020 e 2019, os impostos diferidos foram oriundos das seguintes bases:

	2022		2021	
	Base	Tributos diferidos	Base	Tributos diferidos
Créditos diferidos sobre:				
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	171.385	58.271	120.868	40.891
Instrumentos financeiros derivativos	1.479	503	90.646	30.820
Provisão para contingências	13.524	4.598	51.467	17.499
Arrendamento mercantil CPC06 (R2)	59.878	20.359	12.288	4.178
	246.266	83.730	275.269	93.388
Débitos diferidos sobre:				
Ativos biológicos	(291.672)	(99.169)	(237.362)	(80.703)
Depreciação acelerada incentivada	(130.320)	(44.309)	(145.578)	(49.497)
Outros	(10.701)	(3.638)	(7.295)	(2.480)
	(432.694)	(147.116)	(390.235)	(132.680)
	(186.427)	(63.385)	(114.966)	(39.292)

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	107.134	81.343
Alíquota vigente dos tributos sobre o lucro	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(36.426)	(27.657)
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Adições permanentes	(2.271)	(1.164)
Subvenção de investimento (exclusão permanente)	14.140	13.152
Outras diferenças permanentes e temporárias	464	(142)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(24.093)	(15.810)
Corrente	-	-
Diferido	(24.093)	(15.810)
	(24.093)	(15.810)

Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa em até 3 anos. Conforme artigo 95 da Lei nº 8.981, de 1995, com redação dada pela Lei nº 9.065, de 1995, o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social apurados no exercício decorrente de atividade rural, são compensados integralmente com o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social apurados em exercícios anteriores.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

19. Provisão para contingências

A Companhia é polo passivo em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

Em 30 de abril de 2022 e 2021, a provisão constituída e os depósitos judiciais atrelados a esses processos são demonstrados como segue:

	Provisão para contingências		Depósitos judiciais	
	2022	2021	2022	2021
Tributárias (INSS Rural)	59.792	51.381	60.025	51.501
Trabalhistas	26	26	1.211	947
Outras	60	60	-	-
	59.878	51.467	61.236	52.448

A movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais, está demonstrado a seguir:

	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Em 1º de maio de 2020	44.465	45.393
Atualização monetária	1.860	5.717
Adições	5.344	1.657
Baixas	(202)	(319)
Em 30 de abril de 2021	51.467	52.448
Atualização monetária	3.086	3.088
Adições	5.325	6.314
Baixas	-	(614)
Em 30 de abril de 2022	59.878	61.236

Natureza dos processos

Tributários - A provisão para contingências relativa ao INSS rural refere-se à discussão sobre o percentual de INSS rural a ser recolhido sobre a aquisição de frutas de terceiros e vendas de frutas próprias.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

19. Provisão para contingências--Continuação

Natureza dos processos--Continuação

Trabalhistas - A provisão para ações trabalhistas consiste, principalmente, de reclamações de empregados e/ou ex-empregados vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego, reclamando por verbas trabalhistas diversas, tais como, horas extras, adicional de insalubridade, noturno, dentre outros.

Outras - As outras provisões referem-se a processos de multas ambientais.

Contingências possíveis

Em 30 de abril de 2022 existem outros processos de natureza tributários, trabalhistas e cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, nos montantes de R\$9.412 tributários, R\$608 trabalhistas e R\$2.356 cíveis. (Em 2021, R\$9.462 tributários e R\$514 trabalhistas) respectivamente, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

O principal assunto de natureza tributária está relacionado com o risco fiscal envolvendo a tributação pelo IOF (Imposto de Operação Financeira), nas operações de transferência de recursos entre as Companhias do Grupo JF, principalmente com pessoas físicas do Grupo JF (acionistas), que segundo os consultores jurídicos da Companhia, há argumentos jurídicos razoáveis para suportar a interpretação que o IOF é necessariamente um tributo de natureza regulatória e, por isso, somente poderia alcançar operações que envolvam entidades que possuam como atividade principal a realização de operações de crédito (financeiras), ou que atuem no mercado de crédito de forma ampla, habitual, despersonalizada e irrestrita, com chances possíveis (50%) de êxito em uma eventual discussão judicial sobre essa matéria.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de abril de 2022 e 2021, o capital social estava representado por 28.931.082 ações com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. O capital social está representado da seguinte forma:

<u>Acionista</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Marseille Fundo de Investimento em Participações	26.298.352	90,90
José Francisco de Fátima Santos	1.090.702	3,77
Maria Ângela Turchetto Santos	1.090.702	3,77
Luiz Gustavo Turchetto Santos	150.442	0,52
Carlos Eduardo Turchetto Santos	150.442	0,52
Francisco José Turchetto Santos	150.442	0,52
	<u>28.931.082</u>	<u>100</u>

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

20. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva de capital

A reserva de capital é decorrente da perda ocorrida na incorporação da Viveiro dos Laranjais Agropecuária Ltda. em função do acervo líquido incorporado.

c) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital

d) Reserva de incentivo fiscal

O montante correspondente aos incentivos fiscais refere-se ao benefício do imposto ICMS que foi considerado como subvenção para investimento, que não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser mantido como reserva de incentivo fiscal, a ser investido na própria Companhia. Em 30 de abril de 2019, a Companhia adotou as premissas referente à Isenção do ICMS - Artigos 36 e 104 do anexo I do RICMS/SP; Artigo 6, Anexo I, Item 12 do RICMS/MG e Convênio ICMS 44/75 que atendem aos requisitos da Lei Complementar 160 de 2017 sendo convalidado os benefícios fiscais concedidos pelo Estado de São Paulo, como subvenção para investimento. O efeito acumulado em 30 de abril de 2022 foi de R\$188.880, sendo que a subvenção referente aos exercícios findos em 30 de abril de 2022 e 2021 foi de R\$40.909 e R\$38.683, respectivamente.

e) Distribuição do lucro do exercício

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores introduzidas pelas Leis nos 9.457/97 e 11.638/07. Em 30 de abril de 2022 e 2021, a Administração da Companhia não calculou dividendos conforme benefício fiscal advindo da lei complementar 160/17, o qual não poderá ser distribuído aos acionistas.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

21. Receita operacional líquida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita		
Venda de laranja	301.607	233.995
Venda de cana-de-açúcar	-	31.575
Outras vendas	7.187	8.475
Subvenção de ICMS	40.909	38.682
Receita bruta de vendas	349.703	312.727
(-) Impostos sobre as vendas	(42.027)	(44.900)
Receita líquida de vendas	307.676	267.827

22. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custos de colheita	(23.540)	(27.068)
Amortização com tratos culturais de ativos biológicos	(100.569)	(85.605)
Gastos com pessoal	(11.183)	(9.039)
Utilidades e serviços de terceiros	(11.971)	(15.673)
Frete sobre vendas	(17.637)	(14.487)
Comissão e corretagem	(20.961)	(22.947)
Depreciação e amortização	(37.275)	(44.441)
Energia elétrica	(906)	(607)
Impostos e taxas	(2.859)	(1.345)
Outros	(1.823)	(1.324)
	(228.724)	(236.797)
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos	(146.756)	(170.043)
Despesas administrativas e gerais	(38.881)	(29.320)
Com vendas	(43.087)	(37.434)
	(228.724)	(236.797)

Estão incluídos na linha de gastos com pessoal os benefícios a empregados concedidos pela Companhia, os quais se referem basicamente a benefícios concedidos em bases mensais e assim reconhecidos contabilmente. Inexistem benefícios pós-emprego, fundos de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento específico.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

23. Resultado financeiro

	2022	2021
Rendimentos auferidos sobre aplicações financeiras	7.861	6.328
Ganhos em operações com derivativos	178.486	122.880
Variação cambial ativa	31.166	97.242
Juros sobre outros ativos financeiros	3.275	1.657
Juros e correções sobre vendas	7.805	3.855
Descontos obtidos	8	288
Rendimentos auferidos sobre ações	2.594	-
	231.195	232.250
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(84.352)	(40.065)
Descontos concedido	(18)	-
Perdas em operações com derivativos	(122.002)	(58.022)
Juros sobre outros passivos financeiros	(13.111)	(12.717)
Variação cambial passiva	(26.557)	(154.958)
Despesas bancárias	(15.881)	(20.381)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(49)	(3.263)
Multas	-	(1)
Rendimentos auferidos sobre ações	(2.594)	-
	(264.564)	(289.407)
	(370.369)	(57.157)

24. Outras receitas(despesas) operacionais líquidas

	2022	2021
<u>Receitas</u>		
Venda do Ativo imobilizado (i)	44	81.602
Outras receitas operacionais	141	917
Rendimentos sobre quotas de capitais	678	240
Outras	1.509	2.066
	2.372	84.825
<u>Despesas</u>		
Outras despesas	(187)	(22)
Custo do ativo imobilizado vendido	(10)	(25.571)
Perdas no inventário físico	-	(132)
Perdas e baixas no ativo imobilizado	(263)	(272)
	(460)	(25.997)
	1.912	58.827

- (i) Refere-se a venda do ativo imobilizado da cana-de-açúcar, máquinas e equipamentos reconhecido em partes relacionadas, celebrado em contrato de compra e venda, ocorrida junto aos clientes JF Investimentos S/A e Marseille Fundo de Investimentos em Participações.

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de preço;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gestão de risco e a gestão do capital da Companhia.

Gestão do capital

O objetivo principal da administração do capital da Companhia é a obtenção de um crescimento sustentável, reduzir a posição da dívida e maximizar o retorno aos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital por meio de uma combinação balanceada de dívida e patrimônio líquido. Os ajustes necessários são efetuados na estrutura de capital considerando os fatores, ou seja, as mudanças nas condições econômicas gerais, opções de financiamento disponíveis e o impacto das mesmas sobre a posição de liquidação. Uma maior alavancagem é usada para financiar a necessidade de capital de giro e uma alavancagem conservadora é usada para investimentos de capital de longo prazo.

Instrumentos financeiros derivativos

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros derivativos em 30 de abril de 2022 e 2021 representam o valor justo desses instrumentos. A posição desses derivativos em aberto em 30 de abril de 2022 e 2021 é como segue:

Em 30 de abril de 2022	Faixas de vencimento	Valor notional (USD)	Valor justo (R\$)
Contratos de NDFs	De 04/05/2022 a 11/07/2024	299	(1.479)
Em 30 de abril de 2021	Faixas de vencimento	Valor notional (USD)	Valor justo (R\$)
Contratos de NDFs	De 10/07/2021 a 11/09/2023	71.750	(90.646)

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos-- Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

a) *Risco de preço*

Risco de preços é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços dos produtos.

Os contratos de venda de laranja são firmados a cada safra com preços fixos. A Companhia monitora as flutuações dos preços da *commodity* de suco de laranja, visto que podem impactar o preço da laranja e, em caso de aumento da volatilidade dessa *commodity*, pode vir a operar com derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

b) *Risco de taxa de câmbio*

A Companhia negocia seus produtos, principalmente a laranja, em moedas estrangeiras e está, conseqüentemente, exposta a oscilações nas taxas de câmbio. O principal objetivo das atividades de *hedge* cambial da Companhia, conforme mencionado acima, é de uma proteção do seu fluxo de caixa, contra a volatilidade da cotação da moeda Norte Americana e com isto ter condições de honrar todos os seus compromissos assumidos e reduzir o seu endividamento.

c) *Risco de taxa de juros*

A exposição ao risco de mercado da Companhia para oscilações nas taxas de juros decorre principalmente das flutuações de taxas sobre empréstimos e financiamentos. O risco da taxa de juros é controlado pela Administração continuamente, podendo controlar o risco por meio de derivativos de taxas de juros, visando, sobretudo limitar a extensão em que a exposição à taxa de juros líquida possa ser afetada por variações adversas nas taxas de juros. As taxas de juros relativas a ativos financeiros que rendem juros e passivos financeiros que geram juros estão detalhadas na nota explicativa 13 dessas demonstrações financeiras.

d) *Risco de crédito*

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, pelo caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Em 30 de abril de 2022 aproximadamente 97% (2021 - 94%) das contas a receber de clientes está concentrado em apenas um cliente, sendo que esse representou 98% das vendas da Companhia no exercício findo em 30 de abril de 2021 (2021 - R\$96%).

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 30 de abril de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos-- Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

e) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

2022	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Total
Fornecedores	39.030	12.721	-	51.751
Partes relacionadas	139.536	229	-	139.765
Arrendamento a pagar	5.041	39.526	64.346	108.913

2021	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Total
Fornecedores	38.988	34.786	-	73.774
Partes relacionadas	41.519	5.728	-	47.247
Arrendamento a pagar	4.030	34.636	61.383	100.049

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	2022	2021
Ativos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado		
Títulos e valores mobiliários	-	1.848
Instrumentos financeiros derivativos	47.739	-
	47.739	1.848
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalente a caixa	220.737	135.913
Contas a receber de clientes	60.611	53.457
Contas a receber de partes relacionadas – curto prazo	39.453	20.182
Contas a receber de partes relacionadas – longo prazo	91.073	94.843
Outros ativos	6.982	7.472
	418.856	311.867
	466.595	313.715

JF Citrus Agropecuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 30 de abril de 2022 e 2021
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos— Continuação

Classificação dos instrumentos financeiros--Continuação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	49.218	90.646
	49.218	90.646
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	730.761	587.266
Fornecedores	108.913	100.049
Arrendamento a pagar	51.751	73.774
Partes relacionadas	139.764	47.247
Adiantamento de clientes	92.210	108.889
	1.123.399	917.225
	1.172.617	1.007.871

26. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com uma das principais seguradoras do País. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

* * *